

## *Um dia de pressões e reuniões no palácio*

**Brasília** — O presidente José Sarney acordou ontem tenso e irritado: os jornais já tinham anunciado as medidas que teriam um impacto negativo sobre os eleitores de classe média alta — os empréstimos compulsórios na compra de carros, gasolina, álcool, passagens internacionais e dólares. Ele não teve a chance de explicar o lado positivo do pacote econômico, beneficiando a grande massa de pobres do país. Além disso, os políticos — entre eles, o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, do PFL — começaram cedo a pressionar o presidente, pensando nas repercussões sobre as eleições de novembro.

O presidente tomou o café com seu filho, o deputado Sarney Filho, candidato à reeleição pelo PFL do Maranhão. Explicou-lhe que estava disposto a correr riscos políticos, mesmo às vésperas da eleição, para viabilizar o Plano Cruzado. Sarney Filho saiu para o Palácio do Planalto, junto com o pai, convencido da necessidade do novo pacote econômico:

— O plano elimina as gordurinhas acumuladas, mas não tira pedaço de ninguém. A classe média ganhou com o Plano Cruzado, passou a comprar mais, e agora deixa de ganhar tanto. É melhor a classe média deixar de comprar carros e viajar ao exterior do que o governo aumentar o preço do transporte coletivo e da comida, prejudicando os pobres.

Sarney chegou ao Palácio do Planalto às 8h15min, mais tarde que o previsto. Ele tinha uma reunião programada para acertar os detalhes mais delicados do pacote econômico: quanto seria cobrado de empréstimo compulsório e como seria o discurso ao povo, explicando as novas medidas. Até a noite de terça-feira, que Sarney praticamente passou em claro, ele ainda não estava decidido a adotar todas as medidas sugeridas pelos ministros Dilson Funaro, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento.

Mas como o plano teria quer ser anunciado ontem — Sarney viajará amanhã para Minas Gerais e, no fim de semana, para a Argentina, voltando apenas quando o Congresso sair do recesso de julho —, tudo foi feito de última hora.

Participaram da reunião, de manhã, além de Funaro e Sayad, os ministros Rubem Bayma Denys (do Gabinete Militar), Ivan de Souza Mendes (do SNI) e Paulo Brossard (da Justiça). Foram também ouvidos o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o secretário particular e genro de Sarney, Jorge Murad.

Marco Maciel, apesar de ser ministro da casa, não participou da reunião e o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, telefonou duas vezes de manhã, pedindo a Sarney que reconsiderasse a decisão de cobrar os empréstimos compulsórios. “Vou repetir mais uma vez que correrei riscos, mas não farei um governo medíocre”, disse Sarney.

Na reunião matinal, Sarney decidiu, a contra gosto, cobrar 28% e não 25%, como ele queria, de empréstimo compulsório sobre a compra de gasolina e álcool. Tomadas as últimas decisões, o presidente saiu às pressas para o Palácio Alvorada.

Com Sarney, saíram apenas o porta-voz da Presidência, Fernando César Mesquita, o assessor dele, Joaquim Campelo, e uma datilógrafa. Mais foi o próprio presidente que bateu à máquina seu discurso, na hora do almoço. Coube a Campelo corrigir alguns erros datilográficos e à datilógrafa rebater o discurso. No meio deste corre-corre, um garçom passou pelo presidente com um prato cheio de pedaços de bolo. Sarney, mesmo de regime, não resistiu “já que estou embolado mesmo, vou comer este bolo”, disse.

Enquanto o presidente redigia o discurso, Marco Maciel tentava em vão entrar em contato com os líderes do PFL e do PMDB na Câmara e no Senado para explicar o pacote, antes de ele ser anunciado. Estavam todos em campanha política. Foi feita uma segunda reunião, à tarde, com Sarney, Funaro, Sayad, Maciel, Brossard, Ulysses, o presidente do Senado, José Fragelli, e o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto — que se queixava de não ter sido consultado sobre as novas medidas.